

EFETIVIDADE E AVALIAÇÃO EM PROGRAMAS DE PREVENÇÃO AO CRIME EM MINAS GERAIS

Claudio Beato, Andréa Maria Silveira



*Evento Na correria com o Fica Vivo!, promovido pelo Núcleo de Prevenção à Criminalidade do bairro Ribeiro de Abreu (Belo Horizonte/MG).
Crédito SEDS-MG*

EFETIVIDADE E AVALIAÇÃO EM PROGRAMAS DE PREVENÇÃO AO CRIME EM MINAS GERAIS

Claudio Beato¹, Andréa Maria Silveira²

Resumo

Neste ensaio iremos analisar estudos que avaliaram a efetividade das políticas de prevenção adotadas pelo Governo de Minas Gerais em relação à criminalidade. Focaremos mais em trabalhos de avaliação de resultados do que processos de implementação desses programas e projetos. Trata-se, portanto, de artigos com alguma evidência empírica, que podem ser classificados de acordo com seu grau de cientificidade. Para uma discussão mais sistemática, utilizaremos a Escala de Maryland que classifica as pesquisas de avaliação segundo suas forças e fraquezas metodológicas em cinco categorias. Logo a seguir, traçaremos um paralelo deste contexto com outros países. Finalmente, discutiremos algumas implicações desta discussão acerca dos programas de prevenção.

Introdução

Quando se discutem as políticas sociais e criminalidade, uma combinação de políticas sociais e programas de prevenção ao crime frequentemente é proposta visando a manutenção de baixas taxas de crime. Embora não seja muito clara a associação entre programas sociais genéricos e programas específicos para o trato da criminalidade, a concepção usual associa este tipo de intervenção social com a redução de crimes, devido a um senso comum segundo o qual políticas sociais genéricas devem afetar a criminalidade (Welsh e Farrington 2012; Rolim 2006).

Mas quais são os efeitos mais importantes dessas políticas sobre a redução da criminalidade? Essa dificuldade de avaliarmos ocorre em parte porque políticas sociais são elaboradas e executadas em diferentes níveis da administração pública (municipal, estadual, federal). No Brasil, por exemplo, as polícias estão sob o controle dos governos estaduais, mas uma parte significativa das políticas sociais está sob os auspícios de governos municipais e o governo federal. Os municípios, por sua vez, têm uma grande capilaridade na execução de programas voltados para os mais distintos públicos como jovens, famílias em situação de risco, jovens em liberdade assistida ou populações de rua para citar apenas alguns grupos que poderiam ser mais diretamente relacionados ao tema da prevenção da violência (Banco Mundial 2003; Soares 2006). Contudo, o poder de polícia dos municípios é muito limitado e restrito às Guardas Municipais, o que constitui um limite para a configuração de projetos Weed and Seed que articulam elementos de repressão qualificada e prevenção social (Banco

¹ Professor titular do Departamento de Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenador do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG).

² Professora associada do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

Mundial 2003; Soares 2006; Rigakos 1996; Kelly et al 2005). Neste cenário, muitos programas desta natureza, que visam conjugar diferentes estratégias de controle, são oriundos das esferas estaduais de governo, tais como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), o Pacto pela Vida ou o Fica Vivo.

Por outro lado, existe um problema conceitual ligado à dificuldade em se conceber programas de policiamento como atividades de prevenção. É um equívoco comum o tratamento programa de prevenção de uma maneira distinta e separada dos programas ligados ao policiamento. Muitos dos projetos avaliados são desenvolvidos pelas polícias, ou são projetos nos quais elas têm uma participação ativa. O IGESP, ou o GEPAR do Fica Vivo, são exemplos bem sucedidos de programas de prevenção envolvendo a polícia. Outros, como o Patrulhamento Ativo, têm todas as condições de serem um êxito, embora nunca tenham sido avaliados de forma mais sistemática (Beato 2008; Soares et al 2013).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao escopo das intervenções, o que afeta diretamente a possibilidade de efetuarmos avaliações mais ou menos científicas. Na literatura latino-americana, e brasileira em especial, proliferam análises acerca de projetos de natureza institucional mais ampla e sistêmica (Beato 2012). Assim, via de regra, eles compreendem desde intervenções de natureza gerencial que busca integrar ações em diferentes níveis, como programas e projetos específicos voltados para diferentes tipos de públicos. Envolvem diferentes atores organizacionais que atuam sob lógica distinta, bem como ações em diferentes níveis de complexidade tais como projetos de reestruturação e requalificação urbana, ou de reeducação e reintegração de menores infratores ou egressos do sistema prisional. Não por acaso, as políticas mais conhecidas neste âmbito são patrocinadas por Governos Estaduais que muitas vezes buscam financiamento federal.

Um dos textos mais centrais para a discussão de uma política baseada em evidências é o de Lawrence Sherman (Sherman et al 2002), no qual são arrolados mais de 500 estudos norte americanos e ingleses para os quais se buscou avaliar a efetividade de programas e projetos de prevenção. As iniciativas são categorizadas segundo sete ambientes institucionais de implementação: a) família, b) as escolas, c) comunidades, d) mercado de trabalho, e) lugares, f) agência de polícia e, g) cortes e instituições correcionais. O caso norte americano e inglês é abundante em experiências, projetos e programas voltados especificamente para temáticas particulares relacionadas à violência e criminalidade. Consideram-se projetos e programas bastante específicos e com foco bem delineado, o que torna a avaliação robusta cientificamente, pois permite estabelecer relações de causalidade. Contudo, este foco diminui muito a capacidade de generalização em direção a uma política sistêmica. Na tradição brasileira, por sua vez, é a estratégia de política institucional que dirige-se não a programas específicos em ambientes institucionais localizados, mas às grandes linhas e conjuntos de projetos que compõem uma política de estado (Beato 2012; Soares 2006). Como resultado, muitas discussões são de avaliações de processo, que se referem a como eles foram feitos, mais do que aos resultados obtidos. Se por um lado, este tipo de estratégia é quase inevitável dado nosso contexto de urgências de curto prazo, de limitações constitucionais e institucionais e da capacidade cognitiva operante na segurança pública, por outro lado, isto limita severamente nossa capacidade de avaliar criticamente quais os componentes e elementos que funcionam mais na prevenção (Beato 2012; Silveira 2007).

Assim, diversos aspectos contribuem para delinear os diferentes estilos de avaliação e implementação de projetos, políticas e programas. O enfoque multidimensional ainda é a tônica no universo das políticas públicas de segurança brasileiras. Isto resulta em programas mais caros e sujeitos a ineficiência. Contudo, existem exceções, e iremos discutir aqui algumas delas.

A prevenção da criminalidade e violência no Brasil

A incorporação de elementos de prevenção pelo Governo Federal no Brasil inicia-se com a constituição do Fundo de Segurança Pública, pelo Ministro José Gregory. Mais recentemente, desde 2003, o Governo Federal propõe uma Política Nacional de Segurança Pública, que prevê na sua agenda a prevenção da violência e criminalidade como uma das áreas de atuação. As ações de prevenção ganharam importância particularmente com a reformulação da Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública, que ampliou a possibilidade de financiamento de ações municipais de prevenção à criminalidade. Embora as experiências em curso desde então não tenham sido avaliadas pelo Ministério da Justiça, foi constituído um Banco de dados com o objetivo de levantar, sistematizar e disseminar as experiências dos programas. Em 2005, por meio do documento intitulado Perfil das Práticas Cadastradas no Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade no Brasil, o Ministério da Justiça apresentou as características básicas de 168 práticas de prevenção cadastradas no Observatório até maio de 2005 (MJ 2005).

O trabalho realizado apontou que a Polícia Militar, e o Corpo de Bombeiros são as instituições que mais promovem ações de prevenção à violência e criminalidade, respondendo por 56% do total. A Polícia Civil responde por 23% e as secretarias estaduais e outras instituições da sociedade civil respondem por 11 e 10% respectivamente. Os problemas alvos mais citados, principalmente pelas Polícias, são o tráfico e uso de drogas, e a dependência química. Nas secretarias estaduais, na Polícia civil e em outras instituições, um terço dos projetos diz respeito à prevenção da criminalidade juvenil e a promoção do Estatuto da Criança e do Adolescente. As principais dificuldades apontadas para a realização dos objetivos dos programas são a falta de articulação, entendendo-se por tal a “contrapropaganda”, desconfiança da comunidade, dificuldade de interação, falta de engajamento, falta de interesse, falta de integração, falta de participação, receio e resistência da comunidade. Foi apontada ainda como dificuldade por dois terços dos programas a escassez de recursos humanos, físicos e materiais. Do total, apenas metade dos programas afirma ter passado por algum tipo de avaliação. Maiores detalhes sobre os tipos de avaliação aos quais os programas se submeteram e sobre os achados destas avaliações não foram apresentados (MJ 2005).

A maior parte dos programas está voltada para populações urbanas. Quanto aos resultados obtidos, a legitimidade das ações frente ao público alvo foi apontada por 28% dos respondentes. Do total dos programas 34,5% tem pelo menos uma instituição parceira, 32,7% duas ou mais, 19,6% três ou mais e 13,1% nenhuma instituição parceira. O nível de intervenção mais comum é o da comunidade, sendo que em 42,9% das vezes os jovens de 12 a 24 anos constituem a população alvo e 55,4% das iniciativas trabalham com vítimas e agressores. 32,3% dos programas relataram ter atingido mais 2000 pessoas nos 12 meses que antecederam a pesquisa e 64,9% afirmaram se apoiar em diversos tipos de intervenção. Apenas 7,7% dos programas focalizam fatores de risco (MJ 2005).

Embora o banco de dados liste apenas 168 iniciativas, profissionais da área reconhecem a existência de número superior de programas e projetos de prevenção em curso, muitos conduzidos por Organizações Não Governamentais, Instituições religiosas, e OSCIP (Organização Social de Interesse Público), a sua maioria tendo como campo de atuação as comunidades e como população alvo crianças e jovens. A maior parte dos projetos oferece oficinas de recreação, esporte, profissionalização, reforço escolar, cultura e arte. A ideia de ocupação do tempo dos jovens de forma a retirá-los das ruas e oferecer um espaço alternativo de socialização é prevalente.

No campo das políticas de saúde, tem destaque a Portaria No 737/GM (16 de maio de 2001), referente à Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, que estabelece, por sua vez, as diretrizes e responsabilidades institucionais, “nas quais estão contempladas e valorizadas medidas inerentes à promoção da saúde e à prevenção desses eventos, mediante o estabelecimento de processos de articulação com diferentes segmentos sociais” (Brasil 2001). A proposta de política está fundada no conceito constitucional de saúde que abrange as questões relativas a estilos de vida e aos condicionantes sociais, históricos e ambientais nos quais está imersa a sociedade brasileira. A portaria aponta ainda as diretrizes para a Política.

A primeira delas é promoção da adoção de comportamentos e de ambientes seguros e saudáveis, através de “ampla mobilização da sociedade em geral, e da mídia em particular, para a importância dos acidentes e das violências, bem como o reforço das ações intersetoriais relacionadas ao tema” (Brasil 2001). Para isto, sugere estratégias como a dos Municípios Saudáveis, Prefeito Amigo da Criança e Escolas “Promotoras de Saúde”, a divulgação técnica dos dados sobre acidentes e violências, o apoio a seminários, oficinas de trabalho e estudos, e o estímulo às sociedades científicas que produzem revistas especializadas para que promovam discussões e elaborem edições temáticas. O texto legal fala ainda da necessidade de desenvolver “a corresponsabilidade do cidadão num sentido amplo, incluindo a participação na reivindicação, nas proposições e no acompanhamento desta Política, e na promoção de ambientes seguros e comportamentos saudáveis relacionados à prevenção de acidentes e de violências e de seus fatores de risco, como uso de drogas e álcool, armas de fogo, a não observância de regras de segurança e as relações interpessoais conflituosas. As medidas nesse sentido considerarão tanto os ambientes domésticos, de lazer, de trabalho e de trânsito, quanto aqueles em que se desenvolvem os processos de convivência social” (Brasil 2001). O Ministério da Saúde recomenda ainda que as ações de prevenção estejam incorporadas em todos os programas, planos e projetos de atenção a grupos específicos da população e a temas de saúde. A segunda diretriz trata do monitoramento de acidentes e violências incluindo a capacitação e a mobilização dos profissionais de saúde que atuam em todos os níveis de atendimento do SUS, visto que, a melhoria da qualidade da informação é considerada prioritária.

A terceira diretriz trata da sistematização, ampliação e consolidação do atendimento pré-hospitalar de forma a reduzir a mortalidade dos eventos violentos, através do estímulo à organização e à implantação de serviços de atenção pré-hospitalar, incluindo estabelecimento de normas técnicas, padronização de equipamentos e veículos para transporte de vítimas e formação de recursos humanos.

A quarta diretriz, diz respeito à assistência interdisciplinar e intersetorial às vítimas de acidentes e de violências através da estruturação e organização da rede de serviços do SUS, de forma que esta possa diagnosticar e tratar de forma adequada. A portaria sugere a disponibilização de “equipe interdisciplinar que assegure apoio médico, psicológico e social necessário às vítimas e suas famílias”. São recomendados ainda: atendimento específico para mulheres vítimas de violência, atividades voltadas para reeducação de agressores, redes de apoio para o atendimento como abrigos e unidades que atendam o aborto legal e reabilitação física e psicológica das vítimas de violência.

Ocioso dizer que embora as atividades de prevenção previstas sejam adequadas à missão da área de saúde, e pertinentes tecnicamente, na prática, as ações preventivas implementadas ainda são tímidas, com exceção da assistência pré-hospitalar realizada pelos serviços de resgate e SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), que funcionam razoavelmente bem (Machado et al 2011). Os programas de prevenção e tratamentos da drogadição são precários, deixando os usuários que desejam abandonar o hábito à deriva, ou a mercê de clínicas e fazendas privadas ou ligadas a grupos religiosos nem sempre confiáveis do ponto de vista técnico, ético e sanitário. Esta situação significa uma lacuna para outros programas de prevenção, já que infratores viciados têm poucas alternativas de tratamento na rede pública estatal e frequentemente se envolvem em interações violentas e criminosas (Silva et al 2009).

Programas de Prevenção em Minas Gerais

Um dos levantamentos mais abrangentes do caso mineiro buscou levantar as explicações dadas para a queda dos crimes violentos em Minas Gerais pelos estudiosos mineiros. Segundo Betânia Peixoto (Peixoto et alii 2011), a maioria das avaliações realizadas em relação aos diversos textos de avaliação sobre os êxitos da política de Minas Gerais, enfatizam a natureza institucional das intervenções realizadas. O desenvolvimento de mecanismos de gestão foi o principal fator explicativo para os resultados obtidos. Isto envolveria desde a integração entre as políticas, até as parcerias interinstitucionais desenvolvidas em projetos tais como o Fica Vivo, ou o IGESP.

Novamente aqui, vemos como a reiteração da tendência comum nas políticas públicas brasileiras, que é seu desenvolvimento em uma perspectiva mais abrangente, sem preocupação com o enfoque mais específico dos diversos elementos que compõem estas políticas.

Segundo a revisão efetuada, as hipóteses consideradas pela literatura foram:

- 1) Criação da estrutura institucional da Secretaria de Defesa Social e estruturas correlatas. A inovação institucional empreendida pelo governo de Minas Gerais, que buscou congregar ações policiais, de prevenção e as prisões sob uma mesma estrutura organizacional que privilegiasse a gestão do sistema foi um dos fatores a ser considerado (Sapori2007). Dentre as ações estão a:
 - a. Gestão Integrada do sistema de Defesa Social
 - b. Gestão do sistema prisional
 - c. Prevenção social da criminalidade

- 2) Mobilização conjunta de outros atores
 - a. Interação entre diversos atores públicos
 - b. Interação entre atores públicos e comunidade

- 3) Processo de metropolização das estratégias adotadas.

Todo este processo de estruturação de ações foi congregado ao redor de alguns eixos. O Governo de Minas Gerais, por sua vez, lista cinco ações como programas estruturadores no âmbito da Defesa Social: 1) as ações relativas ao provimento da Infraestrutura de Defesa Social; 2) Gestão Integrada de Defesa Social; 3) Minas Mais Segura; 4) Aliança pela Vida; e, mais recentemente 5) Ações relacionadas à Copa do Mundo. Vamos tratar aqui dos eixos mais pertinentes à nossa discussão.

Infraestrutura

Em relação ao conjunto de ações voltadas para a provisão de uma infraestrutura adequada para a realização das políticas públicas, estão incluídas desde a construção de prédios e estabelecimentos prisionais e de atendimentos de adolescentes infratores, até a gestão de frotas de veículos das polícias. Embora não diretamente concebidas em função de estratégias de prevenção da violência, muitos programas têm um impacto direto, pois se relacionam a ações que modernizaram o sistema prisional e com isso atenuaram o nível de tensão que poderia gerar um maior grau de reincidência no sistema. Neste sentido, uma das experiências mais importantes foi a implantação das APACs (Associações de Proteção e Assistência aos Condenados), uma metodologia que vem sendo gradativamente adotada em novos centros de internação³ (Muhele 2013).

Curiosamente, embora seja item onipresente em toda pauta de reivindicações sindicais e corporativas, jamais tivemos uma avaliação mais consistente do impacto que investimentos neste plano têm sobre a criminalidade e violência. É certo que melhores condições de trabalho e infraestrutura são importantes para o exercício profissional, mas o resultado disto em termos de efetividade ainda é algo a ser demonstrado.

Gestão Integrada de Defesa Social

O segundo conjunto de projetos estruturadores diz respeito à Gestão Integrada de Defesa Social, e compreende ações como a Implantação do Videomonitoramento (Olho Vivo), Unidades Prediais Integradas (Secretaria de Estado de Defesa Civil – SEDS), Academia de Formação do Sistema de Defesa Social, Fortalecimento da Análise e Inteligência de Defesa Social, Implantação do Centro Integrado de Comando e Controle, Gestão da Política de Integração do Sistema de Defesa Social, Segurança Rural, Perícia Criminal Integrada - Polícia Civil, Delegacia Modelo - Polícia Civil.

³ Trata-se de um método de aprisionamento com base em alguns princípios como participação da comunidade, ajuda mútua, trabalho e atividades voluntárias, religião. Tem direito à assistência jurídica e contam com a participação das próprias famílias. Tem sido crescentemente adotado pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Aqui temos algumas avaliações de ações mais consistentes feitas, em particular a respeito de uma versão anterior da Integração do Sistema de Defesa Social, que demonstraram inequivocamente a efetividade deste tipo de ação (Soares2011).

O modelo Integração e Gestão de Segurança Pública (IGESP) compõe o eixo central da política de integração das polícias militar e civil de Minas Gerais, inaugurada em meados de 2005. Trata-se de modelo de gestão que baseou-se no gerenciamento policial COMPSTAT (Estatística Computadorizada) implementado pela polícia de Nova York, no início dos anos de 1990, e que foi adaptado às necessidades locais pelo CRISP/UFMG (Crisp 2008). A especificidade do IGESp está na interlocução sistemática e ação integrada entre as diversas agências do sistema de defesa social, na identificação qualificada, por exemplo, de criminosos reincidentes em áreas integradas específicas e problemas que ultrapassam os limites dessas áreas e perpassam a cidade, como por exemplo, o furto e o roubo de carros, o assalto e roubo a transeunte, e o envolvimento de adolescentes em várias atividades criminosas. Trata-se de uma experiência de policiamento baseado em evidências e orientado para resultados.

Analisando os resultados em 56 cidades onde o modelo foi encontrado, houve uma correlação entre a introdução do IGESp e a redução dos crimes nestas localidades. Foi feita uma avaliação de impacto deste modelo, utilizando de modelos de regressão controlados pelo período de implementação (Ferreira 2011).

Os resultados mostraram que, na perspectiva mais conservadora, houve uma redução de 24% nos crimes contra a propriedade e de 13% nos crimes contra a pessoa. Existe ainda alguma evidência de que haveria um efeito retardado nas taxas de homicídio (Ferreira 2011).

Recentemente, rivalidades corporativas terminaram comprometendo os resultados obtidos, fato que certamente está na origem do crescimento vertiginoso dos crimes violentos observados nos últimos três anos. Diante da deterioração posterior do programa, não foram efetuadas novas avaliações de resultado. Este caso mereceria um estudo mais aprofundado das avaliações de processos que identificassem os diversos percalços enfrentados pelo programa, e que levaram a um total desvirtuamento da concepção original.

Outras ações, como as relacionadas ao videomonitoramento, foram avaliadas em um grau bastante baixo de cientificidade, limitando-se a comparar temporalmente a subida ou descida de indicadores, mas sem nenhuma preocupação com a análise de áreas de controle, ou de variáveis intervenientes que poderiam estar interferindo no processo.

As ações de fortalecimento e análise de inteligência também nunca foram adequadamente avaliadas em virtude dos problemas de implementação enfrentados nesta área. O primeiro deles tem a ver com o Sistema Integrado de Informações, cuja complexidade exigiria um treinamento muito mais intensivo dos responsáveis pela entrada dos dados, o que parece ter ocorrido de forma muito preliminar. Além disso, observa-se uma grande discrepância na capacidade de análise dos dados, fato que levou a uma insuficiência de diagnósticos e relatórios de análise criminal.

Uma parcela destas dificuldades tem a ver com a apropriação institucional do sistema, que leva a um distanciamento de outras organizações em relação à utilização dos dados (Castro et al 2003; Jornal O Tempo 2014; Tribuna de Minas 2012). Soma-se a isso, a constatação, crescentemente relatada em diversos órgãos de imprensa e pesquisa, da baixa qualidade dos dados e até mesmo da manipulação grosseira deles pelos agentes operadores do sistema (Castro et al 2003; Jornal O Tempo 2014; Tribuna de Minas 2012).

Recentemente, ações como a Implantação do Centro de Comando e Controle financiadas pelo Governo federal, tem sido objetos de avaliações sob demanda de Ministérios como o de Esportes e da Ciência e Tecnologia, num processo que ainda está em curso, e sem nenhum resultado a apresentar.

Minas Mais Segura

O terceiro conjunto de projetos relaciona-se mais de perto com o que usualmente concebemos como projetos sociais de prevenção. Estão incluídos o programa Fica Vivo, a implantação dos Centros de Prevenção à Criminalidade e a Polícia para a Cidadania.

Uma digressão maior deve ser feita em relação ao Fica Vivo, pois trata-se de uma das experiências de prevenção mais exaustivamente avaliadas na América Latina, seja em monografias, teses e dissertações, bem como em relatórios e papers. Isto se deve em parte ao fato de ter sido um programa que teve sua origem no âmbito acadêmico, e que posteriormente se converteu em política pública (Beato 2005; Andrade Peixoto 2006; Matta & Andrade 2006; Silveira 2007; Peixoto 2008; Silveira 2008; Silveira 2010).

Fica Vivo

O Fica Vivo é um programa dentro da linha do *Weeds and Seeds*, que incorpora diversos elementos do CeaseFire de Boston (Braga et al 2001, US Department of Justice 2005, CCDP 2005). Trata-se de desenhar ações complementares de Repressão Qualificada através de uma rede de instituições como as polícias civis e militares, Ministério Público e juízes criminais, e de uma rede de Proteção Social através de atividades educativas, qualificação profissional, e do uso de escolas e apoio ao empreendedorismo local. O programa dirige-se aos jovens em risco de se envolver com gangues, bem como àqueles já envolvidos.

A partir destes conteúdos, e da sua forma de implementação, o Programa Fica Vivo pode ser definido como um programa de prevenção abrangente (compreensivo), focalizado e comunitário (Silveira 2007).

O programa é abrangente porque fomenta a implementação de projetos e ações voltados para a redução de diferentes fatores de risco à criminalidade presentes na comunidade, e o fortalecimento de outros tantos fatores de proteção contra a criminalidade. O programa é comunitário porque as ações implementadas não apenas estão voltadas para a comunidade e são implementadas através

da comunidade, mas são também fundamentalmente prescritas e realizadas com a comunidade, que assume assim um papel importante na elaboração dos planos locais de segurança pública, na execução de algumas ações e no monitoramento do programa. Além disso, ele articula diferentes atores locais, dentre os quais busca estabelecer parcerias para a implementação de ações de prevenção. O Fica Vivo é implementado em diferentes cenários por diferentes atores, destacando-se as escolas, a Polícia, as associações comunitárias e outros espaços da comunidade. Os critérios de elegibilidade definidos pela Secretária Estadual de Defesa Social para receber o programa estão associados à existência de altas taxas de homicídios na comunidade, sendo a população alvo do programa composta por jovens entre 12 e 24 anos (Silveira 2007).

Cabe ressaltar que, embora seja apresentado como um programa de prevenção, o Fica Vivo nunca explicitou os fatores de risco que constituem alvo de suas ações (Silveira 2007). Subentendem-se na leitura do projeto que financiou junto ao Ministério da Justiça (SEDS 2003) a expansão do Programa em Belo Horizonte e região metropolitana a partir de 2003, e em outros documentos escritos pelos operadores do programa, os seguintes fatores de risco:

- Vulnerabilidade social (entendida enquanto precariedade de indicadores tais como taxa de inserção no mercado formal de trabalho, nível de escolaridade, acesso local a serviços essenciais, taxa de mortalidade, gravidez na adolescência, padrão de acabamento das moradias, etc.);
- Presença de grande número de grupos jovens sem supervisão adequada de adultos e envolvidos em gangues;
- Baixa capacidade da comunidade se exercer controle social e mobilizar recursos externos a ela.

A atualidade do programa reside não apenas no fato de inspirar-se em programas de base comunitária, implementados em outros locais (Braga et al 2001; US Department of Justice 2005, Community Capacity Development Office n/d; Morrison n/d), mas também no reconhecimento da centralidade da comunidade local na prevenção do crime através do controle social informal, da coesão social e da confiança entre vizinhos, que estão relacionados com níveis mais baixos de violência e crime (Banco Mundial 2003; English et al 2002; Sampson et al 1997), e também na importância conferida às atividades de prevenção primária e secundária que tem os jovens como alvo (Mihalic et. al 2001; Mihalic et al 2004). Partindo-se de outra abordagem teórica, que vê o crime como um fato comum incrustado nas atividades rotineiras, cuja ocorrência exige a convergência de um ator motivado, um alvo e a ausência de guardiões deste alvo (Cohen e Felson 1979), pode-se também reafirmar a importância da comunidade para a prevenção, uma vez que esta também se constitui em torno de atividades rotineiras, tendo como ênfase o controle social informal (Souza 2013).

Diversas avaliações de naturezas distintas foram feitas do programa. Dentre elas, Andrea Silveira (2007), busca detalhar os diversos componentes processuais presentes no programa. Silveira et al (2010) realizaram estudo quase experimental com análise de séries temporais da ocorrência de homicídios no aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 2002 a 2006. Comparou-se o número de homicídios ocorridos nessa localidade com os de outras favelas violentas e não violentas e outros bairros da cidade, em cada uma das fases do Programa. Para testar a

hipótese de que a redução dos homicídios resultou das ações implementadas pelo Programa, foi elaborado um modelo estatístico baseado em modelos lineares generalizados. Observou-se nos primeiros seis meses uma redução de 69% no número médio de homicídios. Nos períodos de refluxo e retomada parcial do Programa, o efeito de redução dos homicídios diminui, mas a diferença entre coeficientes com aquele do período inicial não foi estatisticamente significativa.

Outro estudo de efetividade é de Betânia Peixoto (Peixoto 2008), que fez uso do método de Diferenças em Diferenças com Pareamento por Escore de Propensão para analisar os setores censitários de diferentes favelas onde foi implementado o Programa. Para Diferenças em Diferenças, foram consideradas duas amostras que não receberam o programa: a cidade como um todo e um grupo similar de favelas.

Os resultados mostraram que entre 2004 e 2006 o programa reduziu 10.72 homicídios por 100.000 habitantes por semestre na área piloto, em comparação às outras áreas. Os custos com homicídios evitados variam entre 93 e 113 mil dólares. A taxa de retorno do programa é favorável em praticamente todos os parâmetros utilizados, variando de 4% a 840%. Estes resultados sugerem que o Fico Vivo apresenta uma relação custo benefício favorável. Este tipo de ação em rede terminou inspirando os programas de integração do IGESP.

Projetos de outras áreas

O mais importante projeto de outra área em desenvolvimento é o Escola Viva e Comunidade Ativa, que tem sido avaliado de forma criteriosa.

Escola Viva, Comunidade Ativa

Este projeto foi instituído pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais com um duplo objetivo: redução da violência e melhoria do rendimento escolar em áreas vulneráveis. Foi feita uma avaliação experimental mas não aleatorizada, tomando dois grupos: o primeiro de 79 escolas que participaram do projeto e outras 21 que foram tomadas como grupo de controle (Corrêa 2007).

Trata-se de um projeto inserido num contexto de reformas administrativas de 2ª geração, que buscaram ir além das reformas econômicas e fiscais, buscando introduzir elementos de accountability e promoção do desenvolvimento nas políticas públicas estaduais. No âmbito da educação, buscou-se intervir nos municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), e com maior Índices de Vulnerabilidade Social (IVS)⁴. O projeto foi formalmente instituído em 2003, por meio da Resolução SEE/MG nº 416/2003. O documento estabeleceu como foco “tornar as escolas públicas melhor preparadas para atender às necessidades educacionais das crianças e jovens mais afetados

⁴ O indicador está relacionado ao acesso da população a cinco dimensões: Ambiental (acesso a moradia de qualidade e saneamento); Cultural (acesso a escolas); Econômico (acesso ao trabalho e renda); Jurídico (acesso a suporte jurídico); Segurança para sobrevivência (acesso a serviços de saúde, alimentação, segurança e bem estar social).

pelos fenômenos da violência e da exclusão social e proporcionar a tranquilidade e as condições indispensáveis para que se efetive o processo educativo” (SEE/MG 2004).

As escolas-alvo do programa foram selecionadas com base nos índices de vulnerabilidade social e ocorrências que afetam a integridade da escola e das pessoas que dela participam (Westin et al 2007; Soares e Andrade 2006).

Para a escolha do grupo de controle utilizaram-se critérios socioeconômicos a partir de estudo feito pela UFMG sobre as escolas de Belo Horizonte (Soares e Andrade 2006)

Tabela 1: Número de escolas por Faixa de Nível socioeconômico e grupo.

Nível socioeconômico	N° Escolas no EVCA	N° escolas grupo de controle segundo proporção de 25%
-0,11 a 0,03	16	4
0,04 a 0,18	37	8
0,19 a 0,33	17	6
Acima de 0,34	9	3
TOTAL	79	19

Fonte: (Correa 2007)

Ao se comparar os resultados entre os dois grupos, identificou-se um crescimento em ambos, mas notou-se que o crescimento no grupo de controle foi 20,9% menor do que nas outras escolas, mesmo quando controladas todas as outras variáveis de recursos financeiros, tamanho de escola e desempenho escolar.

Tabela 2: Resultados por tamanho da escola

Grupo de escolas	1999/2000		2005/2006		Diferença
	Média/100 alunos	N	Média/100 alunos	N	
Projeto	5,5	73	6,3	75	14,50%
Controle	4,8	19	6,5	19	35,40%
Total	5,3	92	6,3	94	18,90%

Esta é uma das poucas avaliações quasi-experimentais feitas em políticas públicas de segurança.

À exceção do Fica Vivo e do IGESP, bem como do Escola Viva e Comunidade Ativa, pouco ou quase nenhum destes diversos projetos estruturadores foram submetidos a uma avaliação mais consistente de resultados, limitando-se ao controle de metas de processo em suas respectivas implementações.

Utilizando a escala de Maryland para os projetos e programas

Uma forma de organizar mais sistematicamente os programas é utilizar a Escala de Maryland (Sherman et al 2006). Por meio dela, procura-se alocar as avaliações efetuadas ao longo de uma escala de 5 níveis descritos logo a seguir:

Nível 1: Correlação entre um programa de prevenção e uma medida de crime em algum ponto do tempo

Exemplo: Áreas que têm o projeto de “Olho Vivo” são menos violentas do que aquelas que não o possuem.

Existem problemas em relação à validade interna, não se podendo estabelecer uma ordem causal. Pode ser que estas áreas sejam habitadas por pessoas que estão mais predispostas a exercer algum grau de controle do que ocorre nos seus bairros, e isto seja mais decisivo que o programa em si mesmo

Nível 2: Medidas do crime antes e depois do programa, sem nenhuma condição comparável de controle. Sequência temporal entre o programa e os resultados de crime observados, ou a presença de um grupo de controle sem demonstrar a comparabilidade entre eles.

Exemplo: O crime decresceu depois que foram instaladas as câmaras do Olho Vivo. Se compararmos as áreas que tem o Olho Vivo com outras da cidade, vemos que o crime diminuiu.

Existe uma ordem causal, mas não se pode afirmar nada da validade interna. Embora exista uma crença de que existe um nexos causal entre a implantação do programa e os resultados, outros fatores não foram controlados como o declínio em outras áreas sem o programa, ou mesmo que outras variáveis possam estar operando que tenham contribuído para o declínio (a presença mais ostensiva de policiais. p.ex.). Além disso, os termos de comparação não foram explicitados.

Alguns autores consideram que não vale a pena tomarmos os níveis 1 e 2 como evidências válidas (Cook e Campbell1979).

Nível 3: Medidas de crime antes e depois do programa em condições experimentais e comparáveis de controle. O resultado é na verdade de um modelo de regressão, no qual controlamos todas as variáveis envolvidas.

Exemplo: O crime decresceu numa área experimental onde foi instalado o Olho Vivo, mas não houve decréscimo em áreas de controle comparáveis.

Uma das avaliações do IGESP, feita pela PUC RJ, chega neste nível.

Muitos consideram que este é o nível mínimo aceito para uma avaliação. Ele considera os problemas de validade interna, incluindo a história, maturação/tendências, instrumentação, teste e mortalidade. Seus principais problemas referem-se aos efeitos da seleção empreendida no modelo, bem como a regressão à média devida a não equivalência das condições experimentais e de controle.

Nível 4: Medidas antes e depois do programa em múltiplas unidades experimentais e de controle.

Exemplo: Medidas de crime decrescem se observarmos diversas áreas que sejam comparáveis onde existe o Olho Vivo com outras onde o programa não foi testado. Para tal, pode se utilizar técnicas de pareamento para fazer comparações entre áreas que recebem o programa e áreas que não recebem.

Apenas uma das avaliações dos diversos programas, feitas em relação ao Fica Vivo pelo Banco Mundial, a chega neste nível de análise.

Este desenho tem um desenho bem melhor de controle estatístico de influências estranhas aos resultados.

Nível 5: Escolha aleatória das áreas onde serão implantados os programas e as áreas de controle

Exemplo: Sorteia-se tanto as áreas nas quais será implantado o Olho Vivo, bem como as áreas de controle.

Este é o nível com a mais elevada validação interna.

A tabela a seguir ilustra alguns destes estudos, sem pretender ser exaustiva. Apenas tomamos os estudos que julgamos mais relevantes para os propósitos deste *paper*.

Teses de doutorado

Autor	Cruz, M.V	Silveira, Andrea	Sapori, Luis Flavio	Peixoto, Betânia
Ano	2005	2007	2007	
Texto		Tese DR	Tese DR	Tese DR
Instit.	UFMG	UFMG	Ed. FGV	UFMG
Programa	Policciamento Comunitário	Fica vivo	Todo o sistema de Defesa Social de MG	Fica Vivo
Título	Para administrar a ordem pública e a aplicação da lei: formas de policiamento em uma perspectiva comparada Brasil-Estados Unidos – Uma análise das experiências de Belo Horizonte – MG e Washington-DC	Avaliação do programa Fica Vivo no morro das pedras em Belo Horizonte	Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas	Uma contribuição para prevenção da criminalidade
Objetivo	Pesquisa qualitativa, estudo comparativo de casos	Quase- experimento		Quase-experimento
Tipo	Processo e resultado	Processo e resultado	Processo e resultado	Resultado
Método utilizado	Observação, entrevistas, análise documental	Observação, entrevistas, análises descritivas e modelo regressão	Observação, entrevistas, análises descritivas	Grupo controle
Escala Maryland	1	2	1	4

Teses de mestrado

Autor	Márcia Cristina Alves	Carvalho, E. A.	Carvalho, Deborah
Ano	2008	2008	2007
Texto	Dissertação mestrado	Dissertação mestrado	Dissertação mestrado
Instit.	FJP	PUC MG	UFMG
Programa	Fica Vivo	Olho Vivo	Escola Viva
Título	Programas de prevenção da criminalidade: dos processos sociais à inovação da Política Pública. A experiência do Fica Vivo!	Projeto Olho Vivo, a íris dos olhos da segurança pública: uma análise geográfica.	Avaliação de políticas públicas para a redução da violência escolar em Minas Gerais: O caso do Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa.
Objetivo	“compreender” elementos de programa de prevenção	Avaliar impacto Olho Vivo no hipercentro Belo Horizonte	Avaliação com grupo de controle do programa
Tipo	Processo e resultado	Resultado	Resultado
Método utilizado	Entrevistas, séries temporais	Séries temporais	Grupo de controle
Escala Maryland	1	1	4

Relatório avaliação

Autor	Beato Filho	Peixoto, et ali
Ano	2005	2011
Texto	Relatório	Relatório
Instit.	WB	FJP
Programa	Fica Vivo	Política de Segurança BH
Título	Estudo de caso Fica Vivo	Revisão literatura (83 títulos) sobre explicações para MG
Objetivo	Estudo de caso para implantação do programa	Avaliar as explicações das razões da queda da criminalidade violenta em MG, a partir de uma revisão da literatura produzida
Tipo	Processo	Revisão literatura
Método utilizado	Observação, entrevistas, análises descritivas	Textos e artigos sobre o tema

Papers e capítulos

Autor	Beato Filho, Claudio c.	Andrade, M.V. e Peixoto	Beato F., C/, Silveira, A., Leite, K.R., Souza, E.	Soares, Rodrigo e Viveiros, Igor
Ano	2001	2008	2007	2010
Texto	Capítulo Livro	Capítulo Livro	Capítulo Livro	Paper
Instit.	BID	UFMG	WWC / USA	FJP
Programa	Policimento comunitário em BH	Fica Vivo, Bolsa Família, Uerê, Paz nas escolas, Proerd, Apac	Conselhos comunitários, Fica Vivo, IGESP	IGESP
Título	Reiventando a polícia: a implementação de um policiamento comunitário	Avaliação custo/benefício de programas de criminalidade prevenção e controle da no Brasil	Segurança cidadã no Brasil: experiência em curso em Belo Horizonte. Seguridad Ciudadana em la Américas-Proyeto de Investigación Activa	Organization and Information in the Fight against Crime: An Evaluation of the Integration of Police Forces in the State of Minas Gerais, Brazil
Objetivo	Avaliar a implementação do policiamento comunitário em BH, identificando dificuldades de implementação	Avaliação de programas de prevenção primária, secundária e terciária	Descrição de programas de Segurança Cidadã	Modelagem impacto IGESP
Tipo	Resultado	Resultado	Processo	Resultado
Método utilizado	Entrevistas, questionários e observação	Comparação custo/benefício de diferentes tipos de programas	Entrevistas, dados oficiais, questionários	Modelo regressão
Escala Maryland	2	3	nsa	3

Conclusões

Uma das principais diferenças entre a maneira como se discute a efetividade de ações governamentais na área da segurança no Brasil em comparação com os Estados Unidos tem a ver com o fato de que a urgência de nossos problemas leva os gestores a adotarem estratégias multidimensionais que atuam em diversos níveis de intervenção. Nossa preferência é por políticas abrangentes, mais do que por programas e projetos, o que explica a enorme dificuldade em se desenvolver avaliações de resultados bem como de custo benefício. A consequência negativa é que jamais sabemos exatamente o que está funcionando ou não.

Talvez a mais visível diferença em relação aos EUA seja a quase total inexistência de avaliações dos inúmeros programas existentes na América Latina de prevenção. Mesmo os casos mais notáveis, tais como Bogotá, Cáli, Medellín, ou Diadema no Brasil, foram escassamente avaliados, e ainda de forma muito preliminar (Beato 2002). A produção acadêmica e o registro de experiências em torno de programas e projetos de prevenção à criminalidade nos países desenvolvidos de língua inglesa, particularmente Inglaterra e Estados Unidos, não encontra par nos países em desenvolvimento particularmente nos países da América Latina onde esta produção e o registro das experiências em curso ainda são bastante modestos.

Algumas características contribuem para este cenário. A primeira delas diz respeito à precariedade dos sistemas de informação em segurança pública. Não há estudo exploratório ou revisão de literatura sobre criminalidade, violência e políticas de controle na América Latina que não comece ou termine enfatizando as inúmeras deficiências nas bases de informações sobre criminalidade e violência. Esta é uma situação grave que compromete seriamente os estudos realizados e as políticas, programas e projetos de públicas de segurança desenhados com base neste conhecimento. O desafio que enfrentamos hoje em estudos criminológicos na América Latina diz respeito justamente às bases de informações necessárias para avançar no alcance das proposições empíricas, bem como efetuar testes de teoria mais sofisticados. Sem este conhecimento não temos ação efetiva e consequente.

As implicações desta situação para o desenho e avaliação de políticas de segurança são óbvias. Políticas na área da criminalidade e justiça são efetuadas em voo cego, sem instrumentos e com orientação puramente impressionista. Como consequência, temos uma situação de incremento acentuado das taxas de criminalidade, do aumento do medo e da percepção de risco das populações nos grandes centros urbanos. O ceticismo e a descrença diante da aparente impossibilidade de se obter resultados estão “naturalizando” os fenômenos da criminalidade e violência, como se estivéssemos inevitavelmente destinados a conviver com o medo e a insegurança. Podemos dizer, sem dúvida nenhuma, que dentre as diversas causas de crime destaca-se a nossa ignorância sobre a matéria. (Beato 2012)

No que diz respeito ao impacto específico de políticas e programas sociais, esta situação é ainda mais obscura, pois a necessidade de tais projetos é tão urgente que, quaisquer que sejam os resultados alcançados, independentemente das implicações para o problema da delinquência, tais projetos são considerados como bem sucedidos. Não há uma avaliação dos custos destes programas frente aos resultados alcançados, ou tampouco da efetividade deles. Qual o impacto efetivo deles nas taxas de violência e criminalidade? Que aspectos funcionaram melhor? Qual o lapso de tempo necessário para que se produzam efeitos? Que tipos de combinações são necessários para a produção de resultados promissores? Como evitar gastos desnecessários com abordagens inúteis, mas bem intencionadas? A análise destas questões é cada vez mais necessária, dada a frequente escassez de recursos que os governos nos mais diversos níveis tendem a enfrentar, e o natural interesse em identificar e reorientar políticas de prevenção de crime a partir de decisões baseadas em modelos de custo e benefício. Em suma, a discussão é sobre como gerar dados a respeito de problemas de segurança, como transformá-los em informação, e como traduzir esta informação em conhecimento que permita uma base de ação sólida e passível de avaliação.

Outro aspecto importante diz respeito à escassez de gestores profissionais especialistas em crime e de outros técnicos com expertise para realização de diagnósticos, implementação, monitoramento e avaliação de programas desta natureza, o que constitui um entrave. No sistema de educação superior dos Estados Unidos, a área de criminal justice é uma das que mais formam alunos de pós-graduação no país (Bengochea 2004; Silveira 2008; Soares et al 2009). Em contrapartida, na América Latina contam-se pouquíssimos especialistas em criminologia, ou mesmo em avaliação de políticas públicas nesta área. O lastro acadêmico de grande parte dos programas de prevenção norte-americanos, que contam com colaboração de universidades e centros de pesquisa não apenas na concepção e execução dos programas, mas também no monitoramento e avaliação dos mesmos, é raro no cenário latino-americano. Pelo contrário, afastamento e desconfiança ainda imperam.

No campo específico da criminologia brasileira, são poucos os centros acadêmicos dedicados à área, e em menor número ainda são aqueles que estudam a prevenção do crime e realizam pesquisa empírica sobre prevenção. Isto sem falar nos centros dedicados a políticas públicas capazes de gerar conhecimento aplicado e voltado para a avaliação e, elaboração de programas e projetos. Embora existam pesquisadores dedicados ao estudo da violência de uma forma geral, os estudos estão pulverizados em vários campos disciplinares da área da saúde, educação, direito, sociologia, ciência política, antropologia etc., sem uma ênfase específica nos programas de prevenção (Minayo 2003; Cano 2006). Isto se reflete em uma produção acadêmica modesta e descompromissada com a implementação de políticas públicas, ao contrário do que se observa em grande parte do cenário acadêmico norte-americano, vide o volume de papers, livros, boletins, relatórios de pesquisa publicados e sites na Internet que descrevem experiências, disponibilizam manuais para implementação de programas de prevenção e divulgam resultados de avaliação destes programas apontando uma articulação importante entre a pesquisa acadêmica e a formulação e gestão da política pública.

Componente importante desta dificuldade acadêmica é o pequeno montante de recursos públicos através dos órgãos governamentais de fomento à pesquisa, e agências encarregadas da execução das políticas de segurança pública, ou instituições privadas destinadas ao financiamento de pesquisas e encomenda de estudos sobre prevenção ao crime e avaliações.

No caso específico de Minas Gerais, podemos aduzir ainda outro componente que diz respeito ao divórcio crescente ao longo dos últimos anos em relação às universidades e centros de pesquisa que poderiam estar conduzindo avaliações acerca das ações. Não obstante ser um dos estados em que esta parceria foi mais aprofundada, as contingências fiscais, bem como interesses corporativos levaram a este distanciamento.

Mas é um equívoco supor que este problema seja exclusivamente brasileiro. Na apresentação plenária da reunião da American Society of Criminology, em 1998, o diretor da National Institute of Justice imagina um mundo hipotético e indesejável em que a comunidade acadêmica estivesse completamente divorciada dos interesses de natureza prática das organizações de justiça criminal:

“I suppose we could imagine a world in which the academic community and the practice community did not communicate, except to criticize each other. We could imagine a world in which the academic community goes about its research, maintaining appropriate distance from the nitty-gritty world of practice, publishing in academic journals, and criticizing the crime policies of the country. In this same world, we could envision a community of practitioners who go about their business, doing what they thought best, criticizing the aloofness of academe, and ignoring the findings of research. Yet we clearly do not want to live in this world –we want to see some interaction between research and practice”.

(Travis 1998)

Inadvertidamente, ele terminou traçando um vívido retrato da situação existente hoje no Brasil. A despeito de alguns avanços surgidos ao redor de ONGs e alguns centros de pesquisa que se dedicam justamente a este tema, os avanços ainda são bastante tímidos. Não temos ainda uma agenda de pesquisas, avaliações e experimentos envolvendo as polícias e estas entidades. As relações entre o mundo acadêmico e o universo da implementação das políticas públicas na área da justiça constituem um capítulo à parte, bastante carregado de tensões e conflitos, diferentemente do que ocorreu em áreas como a economia, saúde ou educação.

Podemos ainda adicionar outra possibilidade de cenário, que Minas Gerais compartilha com diversos outros Estados da Federação, e que diz respeito ao domínio corporativo crescente da segurança pública pelas polícias. Existem diversos mecanismos pelos quais este insulamento corporativo se manifesta e que leva à não realização de avaliações de efetividade mais consistentes. A primeira e mais importante diz respeito à propriedade corporativa de dados e informações, justificada por uma “cultura do segredo” oriunda do período de exceção durante os governos militares (1964-1985) (Bengochea 2004). Ainda é predominante a ideologia da comunidade de informações que persiste no interior das polícias, e cujo baixo grau de transparência serve a alguma versão limitada da “doutrina de segurança nacional”, agora aplicada aos problemas de segurança pública (Nóbrega 2010). Já vem se tornando um consenso entre estudiosos do tema que a segurança é um dos setores da administração pública que menos se beneficiou do processo de democratização do país. Passados mais de trinta anos, o setor ainda permanece preso a dogmas que impedem a consolidação de maior grau de cientificidade, transparência e accountability.

Adiciona-se a este contexto uma restrição de natureza política, e que se refere ao fato de que, considerando-se que a estratégia de implementação foi estabelecida nos níveis mais abrangentes e sistêmicos das políticas públicas, há o temor de que qualquer avaliação coloque em julgamento as administrações públicas como um todo. Na impossibilidade de sabermos o que ocorre no âmbito de programas e projetos específicos, coloca-se, de fato, em questão a política como um todo, o que pode gerar incômodos mais abrangentes. Salienta-se também o fato de que esta não é uma característica exclusiva de Minas Gerais, podendo ser observada em todos os poucos Estados da Federação que conceberam e implementaram políticas de segurança pública. De qualquer maneira, Minas Gerais é um dos estados onde este tipo de avaliação foi sistematicamente realizada, e onde foram estabelecidas parcerias pioneiras que forneceram as bases para que este tipo de estratégia prolifere.

Referências bibliográficas

Andrade, M V e Peixoto, B T 2006 Cost Effectiveness of violence programs in Brazil In: *World Bank Report*, n. 36525. Washington, D.C: World Bank.

Beato, C F 2012 *Crime e Cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1a ed.

Beato Filho, C C 2002 Crime and Social Policies in Latin America: Problems and Solutions. Woodrow Wilson Center Update on the Americas. Disponível em: <http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/CitizenSecurity7.pdf>. Último acesso: 18 de abril de 2014.

Beato Filho, C C 2005 *Case Study “Fico Vivo” Homicide Control Project in Belo Horizonte*. Washington, D.C.: World Bank.

Beato Filho, C C 2008 *Compreendendo e Avaliando Projetos e Programas de Segurança Pública*. Ed. UFMG.

Bengochea, J L P et al 2004 A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo Perspec* 18(1): 119–131, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000100015>

Braga, A, Kennedy, D M, Piehl, A M e Waring, E J 2001 *Reducing gun violence – The Boston Gun Project’s Operation Ceasefire*. Washington D.C.: National Institute of Justice.

Cano, I 2006 Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. *Sur, Rev. int. direitos human* 3(5): 136–155, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452006000200007>

Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. O Que é o IGESP. Informativo Crisp/UFMG: Crisp/UFMG.

Cohen, L E e Felson, M 1979 Social change and crime rate trends: a routine activity approach. *American Sociological Review* 44: 588–608, DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/2094589>.

Community Capacity Development Office - US Department of Justice 2005 *Weed and Seed Implementation Manual*. Washington D.C.: US Department of Justice.

Cook, T D e Campbell, D T 1979 *Quasi Experimentation: Design and Analytical Issues for Field Settings*. Chicago: Rand McNally.

Corrêa, D 2007 Escola Viva e Comunidade Ativa. Dissertação de Mestrado não-publicada. Faculdade de Educação (UFMG).

Ferreira, S G 2011 Segurança Pública nas Grandes Cidades In: Bacha, E e Schwartzman, S eds. 2011 *Brasil: A Nova Agenda Social*. Rio de Janeiro: LTC, pp. 287–313.

Kelly, K D, Caputo, T e Jamieson, W 2005 Reconsidering sustainability: some implications for community-based crime prevention. *Critical Social Policy* 25(3): 306–324, DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0261018305054073>.

Machado, C V, Salvador, F G F e O'Dwyer, G 2011 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: análise da política brasileira. *Rev. Saúde Pública* 45(3): 519–528, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102011005000022>.

Mihalic, S, Irwin, K, Elliot, D, Fagan, A e Hansen, D 2001 Blueprints for violence prevention. *Juvenile Justice Bulletin*, Julho.

Mihalic, S, Irwin, K, Fagan, A, Ballard, D e Elliot, D 2004 Successful program implementation: lesson from blueprints. *Juvenile Justice Bulletin*, Julho.

Minayo, M C S e SOUZA, E R de (eds) 2003 *Violência sob o olhar da saúde: a infra-política da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1a. edição.

Morrison, S *The city of Albuquerque, New Mexico – weed and seed, best practices: Evaluation-based series*. Washington, D. C.: US Department of Justice, Community Capacity Development Office.

Muhle, E P 2013 A prisão terrena no paraíso celestial: APAC, uma alternativa humana ao cumprimento da pena privativa de liberdade. Unpublished thesis (MSc). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Nóbrega, J M P Jr. 2010 A semidemocracia brasileira: autoritarismo ou democracia?. *Sociologias* (23): 74–141, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000100005>.

Peixoto, B 2008 Uma contribuição para a prevenção da violência. Tese não-publicada (doutorado), Cedeplar/UFMG.

Peixoto, B, Andrade, M V e Azevedo, J P 2008 Prevention and Control of Homicides: An Evaluation of Impact in Brazil. The Annual Meeting LACEA-LAMES. Rio de Janeiro.

Peixoto, B G L S, Cruz, S F V e Sousa, R 2011 Reflexões sobre a atuação governamental na promoção da segurança pública (Belo Horizonte, 2003, 2010). *Texto para Discussão* 2/2011. MG: FJP.

Rigakos, G 1996 New right, new left, new challenges: understanding and responding to neoconservatism in contemporary criminology. *Critical Criminology* 7(2): 75–91, DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/BF02461115>.

Rolim, M 2006 Prevenção e Fatores de Risco In: Rolim, M ed. 2006 *A síndrome da rainha vermelha, policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

Sampson, R J, Raudenbush, S e Earls, F 1997 Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. *Science* 277: 918–924, DOI: <http://dx.doi.org/10.1126/science.277.5328.918>.

Silva, J et al 2009 Familiares e Pessoas Conhecidas de Usuários de Drogas Ilícitas: Recorte de Opiniões Sobre Leis e Políticas Públicas de uma Comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro, Brasil. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* 17: 803–809, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692009000700008>.

Silveira, A M 2007 Avaliação do programa Fica Vivo no morro das pedras em belo horizonte. Tese de Doutorado não-publicada. Universidade Federal de Minas Gerais.

Silveira, A M 2008 A Prevenção de Homicídios: a experiência do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras. *Revista Educação & Realidade* 33 (2): 163–176, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102010000300013>.

Silveira, A, Assunção, R, Silva, B e Beato, C 2010 Impacto do Programa Fica Vivo. *Revista de Saúde Pública* 44(3): 496–502, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-8910201000030001>.

Soares, L E 2006 Segurança pública: presente e futuro. *Estud. av.* 56: 91–106, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000100008>.

Soares, L E, Rolim, M e Ramos, S 2009 O que pensam os profissionais da segurança pública, no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça. Disponível em: <http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/300809.pdf> Último acesso: 18 de abril de 2014.

Soares, R e Viveiro, I 2010 *Organization and information in the fight against crime: An evaluation of the integration of police forces in the state of Minas Gerais*. MG: FJP.

Soares, R e Viveiros, I 2013 The program of Integration and Management in Public Safety in Minas Gerais: Brazil. A descriptive analyses In: Cook, P J, Machin, S, Marie, O and Mastrobuoni, G eds. 2013 *Lesson of Economics of Crime: What reduces offending?* Massachusetts Institute of Technology.

Travis, J 1998 Plenary Presentation to the American Society of Criminology. Disponível em: <<http://www.nij.gov/about/speeches/past-directors/Pages/asc.aspx>>. Último acesso: 18 de abril de 2014.

OUTRAS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO IGARAPÉ

ARTIGO ESTRATÉGICO 7

Changes in the Neighborhood: Reviewing Citizen Security Cooperation in Latin America

Robert Muggah e Ilona Szabó

(Março de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 6

Prevenindo a violência na América Latina por meio de novas tecnologias

Robert Muggah e Gustavo Diniz

(Janeiro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 5

Protegendo as Fronteiras: o Brasil e sua estratégia "América do Sul como prioridade" contra o crime organizado transnacional

Robert Muggah e Gustavo Diniz

(Outubro de 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 4

To Save Succeeding Generations: UN Security Council Reform and the Protection of Civilians

Conor Foley

(Agosto 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 3

Momento Oportuno: Revisão da Capacidade Brasileira para Desdobrar Especialistas Civis em Missões Internacionais

Eduarda Passarelli Hamann

(Janeiro 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 2

A Fine Balance: mapping cyber (in)security in Latin America

Gustavo Diniz and Robert Muggah

(Junho 2012)

ARTIGO ESTRATÉGICO 1

Mecanismos Nacionais de Recrutamento, Preparo e Emprego de Especialistas Civis em Missões Internacionais

Eduarda Passarelli Hamann

(Maio 2012)



O Instituto Igarapé é um think-tank dedicado à integração das agendas de segurança e desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções alternativas a desafios sociais complexos, através de pesquisas, formação de políticas públicas e articulação. O Instituto Igarapé atualmente trabalha com três macro temas: política sobre drogas nacional e global, segurança cidadã e cooperação internacional. Com sede no Rio de Janeiro, o Instituto também conta com representação em Brasília e São Paulo e com parcerias e projetos no Brasil, Colômbia, Haiti, México, Guatemala, África, Estados Unidos e Europa Ocidental.

Esta edição especial foi preparada no âmbito do projeto “Diálogos de Segurança Cidadã”, coordenado pelo Instituto Igarapé em parceria com a Fundación Ideas para la Paz (Colômbia), o Instituto para la Seguridad y la Democracia (México) e o African Policing and Civilian Oversight Forum (África do Sul), o projeto conta com o apoio do International Development Research Centre (IDRC) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Agradecemos, em especial, o apoio do International Development Research Centre (IDRC), que tornou possível esta publicação.



IDRC | CRDI

International Development Research Centre
Centre de recherches pour le développement international

Canada

Instituto Igarapé

Rua Conde de Irajá, 370 – 3º andar, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22271-020
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/institutoigarape

www.igarape.org.br

Layout: Raphael Durão - Storm Design